

## **Prescrições curriculares oficiais e livros didáticos de História para séries iniciais do ensino fundamental: entre mudanças e permanências**

Aléxia Pádua Franco \*

**Resumo:** Este texto analisa as mudanças e permanências ocorridas nas diferentes edições de uma coleção didática de História produzida para as séries iniciais do ensino fundamental, durante os anos 1990 e 2000, período em que a disciplina Estudos Sociais implementada durante o governo militar foi substituída pelas disciplinas História e Geografia. Será observado como seus autores apropriaram-se das políticas públicas de avaliação dos livros didáticos (PNLD), das prescrições curriculares do MEC (PCNs), das inovações pedagógicas e historiográficas, das demandas do mercado e dos usuários dos livros (professores e alunos).

**Palavras-Chave:** livro didático, ensino de História, políticas públicas

**Abstract:** This text analyzes the changes and permanences in different editions of a didactic collection of History produced for the initial series of basic education, during years 1990 and 2000, period when the discipline Social Studies implemented during the military government was substituted by the disciplines History and Geography. It will be observed as its authors had assume themselves the public politics for the curriculum (PCNs) and for the evaluation of didactic books (PNLD), the pedagogical and historical innovations, the demands of the market and the users of books (teachers and pupils).

**Keywords:** teaching of History, textbook, public politics.

### **1. A coleção *Viver e aprender História*: entre os parâmetros do PNLD e a prática docente**

A coleção didática escolhida para ser analisada neste texto foi a *Viver e aprender História* de Elian Lucci e Anselmo Branco, da Editora Saraiva, por ser muito adotada pelas professoras das escolas públicas, apesar de recomendada com ressalvas pelos pareceristas do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Se por um lado, ela foi a pior avaliada entre as coleções aprovadas pelo PNLD/2004, por outro, ela foi a segunda mais adotada nas escolas do Brasil e a primeira adotada em vários municípios de Minas Gerais e outros estados.

O paradoxo entre a avaliação do MEC e a escolha das professoras em relação à coleção *Viver e aprender História* é entendido pela equipe editorial da Saraiva e pelo seu autor como consequência de uma opção consciente por parte deles:

A avaliação, o MEC, ele está correto. Eu acho uma política pública precisa ter “um quê” de utópico [...].Eles precisam ser faróis para que todo mundo vá tentando caminhar sabendo que a mudança não acontece rapidamente... Não basta vir num decreto [...]. Há todo um trabalho de construção que é o das professoras, que é o

---

\* Doutora em Educação e Professora de História da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA/UFU.

nosso tentando introduzir pequenas mudanças, uma atividade um pouco mais rica [...]. Costuma-se utilizar, como parâmetro de que conteúdos e outros aspectos selecionar, o que o mercado pratica, entendendo que o livro que é mais adotado é aquele que melhor responde aos anseios do professor real, na sala de aula real, na situação histórica real, de pressões, de cobranças. [...] O livro, a seleção e a sequência de conteúdos não podem se distanciar demasiadamente da zona de conforto do professor. É preciso colocar elementos de inovação em aspectos que o professor possa ensaiar uma inovação na sala de aula, mas sem perder a segurança de que o livro não vai “atrapalhar” a aula.<sup>1</sup>

Isto é, a Editora Saraiva, ao publicar um livro, além de atender aos parâmetros do PNLD, que se baseiam em um ideal de educação nem sempre possível de realizar em sala de aula, pensa no professor e suas reais condições de trabalho e formação, pensa no professor mediano devido à sua preocupação com os índices de venda da editora.

Dos anos de 1970 até hoje, os livros didáticos foram tornando-se o principal produto dessa editora e quase sempre estiveram entre os mais vendidos no Brasil. Nos anos de 1980, a Saraiva esteve entre as cinco primeiras editoras colocadas em número de títulos publicados e tiragem (MUNAKATA, 1997, p. 42-43) e entre as que mais venderam para a FAE (ZAMBONI, 1991, p. 10-11). No levantamento feito pela revista *Leia*, em 1995, a Editora Saraiva não estava entre as dez que mais publicaram livros didáticos (MUNAKATA, 1997, p. 105), mas os livros do Prof<sup>o</sup> Elian encontram-se entre os mais vendidos, como afirmou a Profa. Joana Neves ao falar do “grande êxito intelectual” e do “pouco êxito econômico e comercial” de seus livros publicados pela Saraiva nos anos 80 e 90, junto a Profa. Elza Nadai:

O nosso livro<sup>2</sup>, em termos de vendagem, são aqueles livros com grande prestígio intelectual, mas de pouca venda [...]. O nosso oposto, em termos de grandes vendas na Saraiva, são os livros de Elian Alabi Lucci que, ao contrário dos nossos livros, têm pouco prestígio intelectual. Os livros dele são muito criticados por uma certa elite intelectual dos professores, mas são os que mais vendem [...]<sup>3</sup>.

Esse sucesso de vendas dos livros do Prof<sup>o</sup> Elian acontece desde os anos 70. Em 1977, seus livros de *Educação moral e cívica* estavam entre os mais vendidos (FILGUEIRAS, 2006, p. 98). Em 1987, seu livro *Descobrimo o mundo de Estudos Sociais e Ciências – 2ª série* foi o segundo mais solicitado/vendido para a FAE (MUNAKATA, 1997, p.55). Em 1991, conforme documento do MEC (BRASIL, 1994), esse mesmo livro foi um dos dez títulos mais solicitados pelos professores à FAE, na área de Estudos Sociais.

---

<sup>1</sup> Depoimento feito durante entrevista realizada com um membro da equipe editorial da Saraiva, que solicitou que seu nome não fosse identificado, na sede da editora em 14 de novembro de 2006.

<sup>2</sup> NEVES, Joana e NADAI, Elza. *História geral*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988; NEVES, Joana e NADAI, Elza. *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao Prof<sup>o</sup> Décio Gatti Júnior, em 1997. (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 75)

Um dos motivos do sucesso de vendas dos livros do Prof<sup>o</sup>. Elian é o fato dele, preocupado em manter sua fatia no mercado, ao escrever seus livros, além de se basear em suas experiências de sala de aula, mesclar as exigências curriculares do MEC, algumas inovações do meio acadêmico, as exigências do mercado e as preferências dos professores conforme suas condições de trabalho e formação.

A seguir, analisei como ele, ao longo de sua trajetória de autor de didáticos, foi reelaborando seus livros conforme esses aspectos.

## **2. Os livros do Prof<sup>o</sup> Elian e as políticas públicas para o livro didático: convergências e divergências**

Nos anos de 1970 e 80, os livros de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, do Prof<sup>o</sup> Elian, tinham o carimbo de aprovação da Comissão Nacional de Moral e Civismo – CNMC –, criada no período da Ditadura Militar, a qual exigia que os materiais escolares contribuíssem para a formação de cidadãos ajustados à democracia cristã brasileira e contrários às doutrinas comunistas.

Hölfing (1986, p.193-194; 200-219), ao analisar o livro de Elian Lucci publicado em 1977 pela Saraiva, *PAI – Estudos Sociais, processo autoinstrutivo*, aponta vários exemplos para mostrar como ele adequava-se àquelas recomendações da CNMC. Nele, a sociedade era representada como harmônica e sem relações de exploração, comandada por uma elite pacificadora de conflitos.

Josgrilbert (1998, p. 142), que analisou 23 manuais didáticos de EMC, entre eles o livro *TDMC – O trabalho dirigido de Educação Moral e Cívica*, do Prof<sup>o</sup>. Elian aprovado pela CNMC em 06 de junho de 1974 e editado até os anos de 1980, afirma que seu conteúdo “traz uma forte marca do pensamento da Igreja Católica, além de divulgá-lo. O aspecto cívico procura mostrar o valor das Forças Armadas, os feitos do governo militar e a ideologia da segurança nacional”.

Mesmo nos anos de 1980, quando, conforme Josgrilbert (1998, p. 155), com a abertura política, alguns livros de Educação Moral e Cívica já demonstravam “uma postura crítica, apesar de incipiente, em relação à política do governo militar e aos problemas sociais”, os livros do Prof<sup>o</sup>. Elian continuavam atendendo às prescrições da CNMC. No segundo volume da edição de 1984 do seu livro *Educação Moral e Cívica*, no Manual do Professor (p. 2), o autor defendia, por exemplo, que os professores deveriam se preocupar com “a construção da vertical filosófica da Democracia Brasileira, para que se possa enfrentar a

vertical ideológica de outras doutrinas na inclemente luta ideológica da Guerra Revolucionária dos nossos dias”. Segundo Filgueiras (2006, p. 135):

O livro de Lucci, que estava na sua 3ª edição em 1984 (praticamente no fim da Ditadura Militar), apresenta uma definição de civismo muito próxima aos livros de inícios dos anos de 1970, que se baseavam nas prescrições da CNMC: ‘civismo é caráter com base na moral, tendo Deus como fonte; amor à Pátria e suas tradições; ação intensa e permanente em benefício do Brasil’ (Lucci, 1984, p. 39).

Esse mesmo padrão estava presente no livro *Descobrimundo o mundo de Estudos Sociais e Ciências* que, em 1988, estava na 5ª edição e, em 1991, foi reeditado em uma obra multidisciplinar escrita pelos autores da Saraiva de Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Ciências. De acordo com a comissão nomeada pelo MEC para avaliar os livros mais solicitados à FAE pelos professores de 1ª a 4ª séries em 1991 (p. 267-268), esse livro tinha conteúdo e metodologia semelhantes aos livros dos anos de 1970 e 1980, além de textos fragmentados referentes a datas comemorativas do calendário oficial. Nele não havia a preocupação em discutir as relações sociais, os textos e imagens veiculavam idéias de harmonia e felicidade, além de uma representação machista de família. Os exercícios propostos constituíam-se basicamente de atividades que remetiam à cópia do texto e não incentivavam a formação do pensamento crítico e criativo do aluno. Enfim, “trata-se de uma obra que não permite ao aluno inserir-se na construção da História e da produção do espaço geográfico e sequer conceber-se como sujeito ativo e participativo na produção do conhecimento” (BRASIL, 1994, p. 268).

Em síntese, por mais de 20 anos, até meados dos anos 90, o Profº Elian escreveu livros de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, História e Geografia que trabalhavam com verdades inquestionáveis e fragmentadas voltadas para a formação de cidadãos dóceis e para a manutenção da ordem vigente, como se ela fosse harmônica e justa.

Nas primeiras edições da coleção *Viver e aprender Estudos Sociais*, apesar dela ter uma proposta metodológica que ia além das atividades de memorização e reprodução de idéias, sugerindo dinâmicas de estudo que consideravam a vivência das crianças, seus conhecimentos prévios e incentivavam descobertas e raciocínio crítico, ainda predominou a abordagem histórica superficial, fragmentada e baseada nos vultos históricos. Assim, quando a Editora Saraiva inscreveu-as nos dois primeiros processos de avaliação dos livros didáticos pelo MEC (PNLD 97 e PNLD 98), elas não foram aprovadas pelos pareceristas que se baseavam em critérios que defendiam o rompimento com essa abordagem tradicional e o

desenvolvimento de um ensino de História e Geografia que considerasse a experiência e o cotidiano dos alunos, favorecesse a aquisição de conhecimentos sobre as relações entre a sociedade e a natureza no processo de conformação do espaço físico brasileiro e mundial, e sobre a dimensão histórica e social do indivíduo através dos conceitos de tempo, espaço, cultura, relações sociais, poder, trabalho e natureza. Um ensino que desenvolvesse a capacidade de “estabelecer relações entre fatos e entre situações, envolvendo diferentes sujeitos, em diferentes locais e momentos; [...] identificar problemas e descobrir soluções [...]”. (BRASIL, 1998, p. 338-339)

Ser reprovado nas avaliações do PNLD significava um grande prejuízo para a editora e seus autores, pois apesar da venda de livros para o MEC não gerar grandes lucros, as avaliações do PNLD são usadas pelas escolas particulares como um parâmetro para suas escolhas e compras de material escolar. Desde a década de 1990, os então editores da Saraiva, Antônio Alexandre Faccioli e José Lino Furet, já explicitavam este problema:

O governo exige cada vez mais qualidade do produto, no sentido intrínseco, não no sentido forma [...]. Isso demanda mais pesquisas, mais desenvolvimento de pessoas, mais cuidado no trabalho, mais assessoria, mais tempo. O nosso custo vai aumentando e, realmente, o lucro está muito apertado. Mesmo assim, ou você participa deste mercado ou você não tem a participação no outro mercado, porque um acaba criando um reflexo no outro. Há uma sinergia. Acho que todos os editores sempre fizeram contas para garantir que [vender livros ao governo] está no mínimo empatando [...]<sup>4</sup>.

Assim, no intuito de superar os prejuízos causados pela não aprovação nos PNLD 97 e 98, no fim dos anos de 1990, o Prof<sup>o</sup> Elian, auxiliado pelo Prof<sup>o</sup>. Anselmo Branco e por pareceristas contratados pela Editora Saraiva por terem conhecimentos históricos e geográficos especializados e atualizados, reelaborou o livro *Viver e aprender Estudos Sociais*, procurando atender minimamente às novas exigências do PNLD. As reformulações colaboraram para que o livro passasse a ser recomendado pelo MEC, mas ainda com ressalvas. A partir do PNLD 2000/2001, o livro passou a se chamar *Viver e aprender História e Geografia*, seguindo a substituição, feita nos PCNs publicados em 1997, dos Estudos Sociais por essas duas disciplinas. Em 2004, foram publicados exemplares separados para História e Geografia conforme determinação do PNLD do referido ano. Segundo um membro da equipe editorial da Saraiva:

[...] se você pegar a primeira edição do *Viver e aprender de Estudos Sociais* e comparar com essa (*Viver e aprender História*, 2004), você vai falar: “Nossa, é outro livro!”. É outro livro! Tudo aquilo que hoje é execrado, aquelas coisinhas de

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao Prof<sup>o</sup> Décio Gatti Júnior em 1997. (GATTI JÚNIOR, 2004, p.180)

memorização, de cobrança imediata, de localização, está tudo lá, era daquele jeito o livro didático. Então houve um avanço mesmo, uma mudança bastante significativa. O processo de avaliação empreendido pelo MEC contribuiu de forma muito importante para que houvesse toda essa mudança. Mesmo assim é um livro que foi muito adotado, o que para nós significa que está adequado para o grande número de professores que o utiliza, no caso em discussão, professores da rede pública<sup>5</sup>.

Desde a coleção do PNLD 2000/2001, *Viver e aprender História e Geografia*, o Profº Elian já vinha afirmando, no Manual do Professor (p. 3), que seu livro sofrera alterações metodológicas e de conteúdo que procuravam acompanhar as reavaliações do sistema educacional brasileiro decorrente de várias motivações: “Alterações ideológicas e políticas das autoridades governamentais, alterações metodológicas decorrentes de avanços nos estudos dos processos de ensino-aprendizagem, e outras”. Ressaltava também as alterações sofridas na área de Estudos Sociais que fora substituída pelas áreas de História e Geografia nos PCNs, a partir de reformulações propostas desde os anos de 1980. Essas modificações foram certificadas no parecer publicado no Guia do Livro Didático do PNLD 2000/2001 que avalia: “De forma simples e correta, este livro incorpora as alterações propostas ao sistema de Ensino Fundamental, acompanhando as atualizações do conhecimento e metodologia que ocorreram no campo da História e da Geografia, ao longo das últimas décadas”. Mesmo com essa avaliação positiva, o livro foi recomendado com apenas uma estrela<sup>6</sup> devido às “simplificações explicativas e lacunas que prejudicam a proposta” (BRASIL, 2000, p. 703).

As reformulações do conteúdo e da metodologia das várias edições do *Viver e aprender*, segundo o Profº. Elian, além de se basearem nas prescrições das políticas públicas, são norteadas por pesquisas realizadas pelos divulgadores da editora junto aos professores para verificar porque deixaram de adotar o livro, o que acham necessário atualizar ou mudar.

Detalho a seguir as mudanças ocorridas nas várias edições do *Viver e aprender*, escritas pelo Profº Elian Lucci e seus colaboradores<sup>7</sup>, a partir das avaliações do PNLD, das recomendações dos PCNs, das inovações pedagógicas e historiográficas e da receptividade dos professores.

---

<sup>5</sup> Depoimento feito durante entrevista realizada com um membro da equipe editorial da Saraiva, que solicitou que seu nome não fosse identificado, na sede da editora em 14 de novembro de 2006.

<sup>6</sup> Até o PNLD 2000/2001, os livros eram classificados por estrelas: uma, duas ou três. A partir do PNLD 2004, eles passaram a ser classificados como recomendado com ressalvas, recomendado, recomendado com distinção.

<sup>7</sup> Não encontrei nas bibliotecas escolares, nos acervos de livro didático das Faculdades de Educação da USP e Unicamp, nem na própria editora Saraiva e com o Profº Elian, todos os exemplares das várias edições da coleção *Viver e aprender*. Assim, essas análises baseiam-se na leitura dos exemplares encontrados que nem sempre englobam todas as séries, e nos pareceres publicados nos Guias do PNLD 2000/2001 e 2004. Em relação aos Guias do PNLD 1997 e 1998, conforme consulta ao FNDE, o primeiro não está disponível e o segundo apenas lista a coleção entre as “não recomendadas”, sem apresentar um parecer específico.

### 3. As edições da coleção *Viver e aprender História* e suas reformulações

A incorporação das prescrições dos documentos oficiais que trazem orientações sobre o ensino de História no ensino fundamental foi ocorrendo aos poucos nesta coleção didática, conforme a sua maior divulgação e às exigências do processo avaliativo do PNLD. No *Viver e aprender Estudos Sociais*<sup>8</sup> não havia referência aos PCNs, pois quando o livro foi escrito e editado (em 1996 estava na 5ª edição), esse documento ainda não tinha sido publicado. Como essa edição foi reprovada no PNLD 1997 e 1998, não havia na capa do livro nenhuma menção a esse programa.

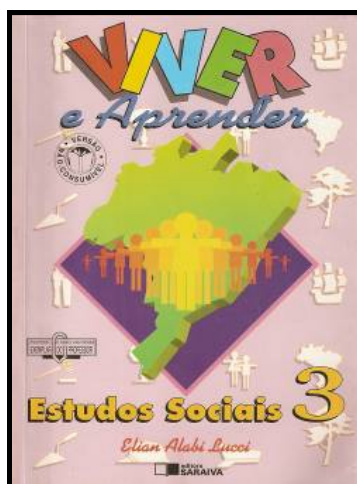


Ilustração 1 - Capa da 5ª edição da Coleção *Viver e aprender Estudos Sociais*, 1996

Nas edições seguintes, a capa do exemplar do professor apresentou, como certificado de qualidade, um carimbo de que ele foi recomendado pelo MEC/ PNLD, omitindo a informação de que foi *Recomendado com ressalvas*.

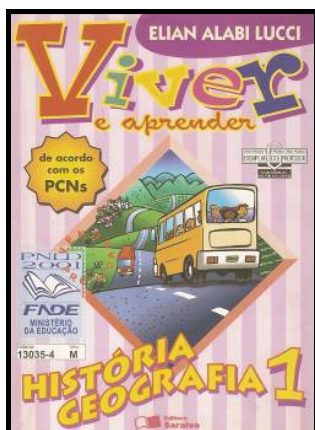


Ilustração 2 - Capa da Coleção *Viver e aprender História e Geografia*, PNLD 2001

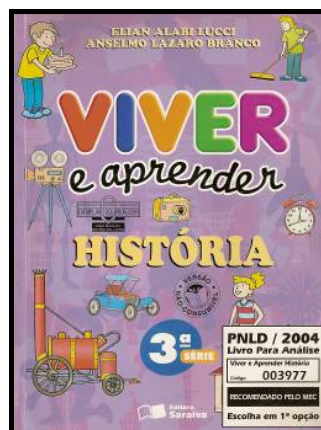


Ilustração 3 - Capa da Coleção *Viver e aprender História e Geografia*, PNLD 2004

<sup>8</sup> Nas análises da edição reprovada no PNLD 1997 e 1999, baseei-me no exemplar do professor da 3ª série, do livro LUCCI, Elían Alabi. *Viver e aprender Estudos Sociais*, 3. 5 ed. São Paulo: Saraiva 1996.

Desde a edição do PNLD 2000/2001, *Viver e aprender História e Geografia*<sup>9</sup>, na apresentação do Manual do Professor (p. 3-4), os PCNs de História, Geografia e dos Temas Transversais foram mencionados várias vezes para legitimar as mudanças feitas em relação à edição anterior: substituição de Estudos Sociais por História e Geografia, com uma abordagem mais específica de cada um desses conteúdos.

A ampliação das fontes de informação utilizadas em cada edição indica a tentativa dos autores do livro em atender às orientações dos PCNs, que foram incorporadas nos critérios de avaliação do PNLD, de favorecer o contato com as múltiplas fontes que possibilitam o estudo do passado.

A edição reprovada nos PNLD 1997 e 1998 utilizou restritas fontes de conhecimento para trabalhar os conteúdos. A exposição das informações centrava-se em textos escritos pelo próprio autor, ilustrados com desenhos sem autoria e com fotos de diferentes épocas e lugares. Para finalizar o estudo de cada unidade, às vezes, eram apresentadas atividades de interpretação de poesias de escritores nacionais, de entrevista com familiares, vizinhos e conhecidos e de visita a espaços públicos como feiras, centros comerciais, etc. Não havia nenhuma menção a textos historiográficos.

A edição do PNLD 2000/2001 manteve a exposição das informações através de textos escritos pelo próprio autor, ilustrados com desenhos sem autoria e com fotos de diferentes épocas e lugares. No entanto, houve uma ampliação nas fontes de conhecimento utilizadas para enriquecer e aprofundar as informações básicas do livro. Além de poesia, trabalhou-se com trechos de narrativas literárias; citaram-se reportagens de jornais e revistas de circulação nacional; desenvolveram-se atividades com textos retirados de revistas de vulgarização científica como *Ciência hoje das Crianças, Nova escola*. Além disso, foram sugeridas atividades de exploração de fontes históricas orais e escritas: o levantamento de informações locais relacionadas ao tema estudado através de entrevistas com idosos, trabalhadores, familiares; a análise de documentos escritos como contas de luz, certidão de nascimento, etc.

Na edição do PNLD 2004, houve uma diversificação ainda maior das fontes de conhecimento utilizadas para desenvolver o conteúdo estudado. Além dos desenhos sem autoria muito presentes nas edições anteriores, os textos e atividades foram relacionados com pinturas de artistas renomados como Debret, Rugendas, Portinari, Salvador Dali. Como fontes

---

<sup>9</sup> Nas análises da edição recomendada com ressalva no PNLD 2000/2001, baseei-me no exemplar do professor da 1ª série e da 3ª série, do livro LUCCI, Elian Alabi. *Viver e aprender História e Geografia* 1. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 1999. No Manual do Professor, incluído no final do livro, há o quadro de conteúdos dos quatro volumes.

históricas, foram utilizadas, além das fotos de diferentes épocas e lugares, os documentos pessoais e da memória oral de familiares e conhecidos dos alunos, letras de música, imagens de monumentos públicos. Para enriquecer e exemplificar os textos do autor, ampliou-se a utilização de artigos de revistas de vulgarização científica (*Ciência hoje das Crianças, Nova escola, Super interessante, Recreio, Disney explora*) e reportagens de revistas e jornais de circulação nacional como *Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Época*. Introduziu-se o trabalho com textos complementares retirados de livros paradidáticos e, em menor quantidade, de obras acadêmicas escritas por antropólogos, psicólogos e historiadores ligados à Nova História Francesa. Mesmo com essa ampliação, o texto do autor continuou a ser o eixo do estudo e essas fontes, apesar de relacionadas entre si para ilustrar, exemplificar, enriquecer um tema, não eram confrontadas. Isto é, todas foram tratadas como verdades iguais, não havendo a preocupação em discuti-las como construções histórico-sociais.

Sobre a noção de sujeito histórico, as diferentes edições da coleção *Viver e aprender* mostraram transformações que acompanharam, com restrições, as prescrições dos PCNs e os critérios de avaliação do PNLD.

No *Viver e aprender Estudos Sociais*, apesar de a abordagem de algumas datas cívicas dar voz a sujeitos históricos até então excluídos e amenizar a representação de sociedade harmônica e feliz presente nos livros anteriores, no Manual do Professor (p. 6), as instruções sobre como trabalhar com gravuras em sala de aula continuavam associando a História aos atos político-institucionais da elite: “[...]as gravuras, necessárias ao bom desenvolvimento de um programa de Estudos Sociais, podem ser agrupadas por temas. Históricas: cenas e retratos de vultos históricos, costumes e objetos antigos, vistas de monumentos e quadros célebres [...]”.

Além disso, apesar de propor atividades que relacionavam os assuntos estudados à vivência dos alunos (entrevistas com familiares ou amigos sobre como escolhem seus candidatos nas eleições, sobre condições de trabalho de um operário, sobre motivos de ter migrado de uma cidade para outra), essas contribuíam para a formação de cidadãos passivos que vivenciam as relações sociais, mas não interferiam nelas. Cidadãos que apenas assistem e esperam a ação de entes privilegiados.

Por exemplo, no item “Governo do Município” (p. 82-83), foi sugerido que os alunos entrevistassem moradores de seu município para levantar os problemas aí existentes. No entanto, para pensar as soluções deles foi elaborada a questão “o que a prefeitura tem feito para resolvê-los”. Isto é, representou-se a transformação social como incumbência de uma instituição abstrata – a Prefeitura, ou no máximo das pessoas que aí ocupam cargos de chefia

(secretários de educação, transporte, saúde, etc. escolhidos pelo Prefeito). Os próprios cidadãos não foram colocados como responsáveis pelas mudanças.

No *Viver e aprender História e Geografia*, segundo o parecer do livro publicado no Guia do PNL 2000/2001, a idéia de que a transformação social é incumbência de uma instituição abstrata permaneceu em alguns textos:

[...] na quarta unidade (do livro da 3ª série), quando se discute o exercício do poder envolvendo movimentos e associações, há riscos de confundir o aluno, ao se identificarem as entidades institucionais ou estatais como sujeitos sociais, que teriam vida e vontades próprias [...]. Dizer, por exemplo, que um movimento ‘pretendia...’ ou que ‘uma ONG que se preocupe...’ não deixa claro à criança que essas entidades e/ou movimentos são constituídos por pessoas, que concretizam as práticas sociais vivenciadas.. (BRASIL, 2000, p. 763)

No entanto, uma mudança foi perceptível. Ao invés de se dar maior destaque à elite e suas instituições, abriu-se espaço para falar de organizações populares (ONGs, movimentos sociais, etc.).

Na edição *Viver e aprender História*, esta noção criticada pelos pareceristas, foi evitada e os textos e atividades procuraram desenvolver a idéia de que todos são responsáveis pelas transformações. Por exemplo, na unidade do livro da 3ª série que abordava as atividades econômicas do município, entre elas a agricultura, afirmou-se que “*para lutar por uma distribuição mais justa das terras, os trabalhadores rurais de todo o Brasil organizaram-se em um movimento conhecido como MST*” (p. 68). Quando o trabalho nas indústrias foi abordado, afirmou-se que “*para lutar por salários mais altos e melhores condições de trabalho, os operários passaram a se organizar em sindicatos de trabalhadores*” (p. 76). Enfim, o MST, os sindicatos não foram mais representados como instituições abstratas, mas formadas por operários, trabalhadores rurais que lutam para melhorar suas condições de vida.

Em síntese, as mudanças gradativas nas diferentes edições da coleção *Viver e aprender* indicaram a tendência de romper com a redução do ensino de História ao estudo de datas comemorativas e cívicas fragmentadas, ampliar o espaço para as questões históricas que permitem a reflexão sobre as mudanças e permanências ocorridas entre o passado e o presente e sobre a multiplicidade dos sujeitos históricos, superar a noção de que as mudanças sociais são resultado da ação de instituições abstratas ou apenas da elite, diversificar as fontes de conhecimento, introduzindo, mesmo que timidamente, o estudo de trechos de produções historiográficas recentes e a observação de diversas fontes históricas. No entanto, mesmo na edição do PNL 2004, há resquícios da abordagem tradicional da história que trata as fontes de conhecimento como verdades inquestionáveis a serem compreendidas e não analisadas

criticamente, compara as diferenças e semelhanças entre diferentes tempos históricos e grupos sociais sem refletir sobre as razões históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais que as originaram e representa, na maioria das vezes, as relações entre os diferentes grupos sociais como harmônicas.

Enfim, os livros do Prof<sup>o</sup> Elian tiveram uma trajetória semelhante àquela da maioria dos livros didáticos de História editados no Brasil a partir dos anos 70 do século passado. No entanto, eles não estão na vanguarda das inovações teórico-metodológicas ocorridas nas produções didáticas a partir dos anos 1980, mas apenas as acompanham quando elas se transformam em prescrições oficiais, para não perder espaço no mercado.

### **Referências bibliográficas:**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Programa Nacional do Livro Didático 2004* - Guia do Livro Didático (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série). v.3. Brasília: MEC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional do Livro Didático 2000/01* - Guia do Livro Didático (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries). Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional do Livro Didático 1998* - Guia do Livro Didático (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries). Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_,FAE, PNLD. *Definição dos critérios para avaliação dos livros didáticos: Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências* (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries). Brasília: FAE/MEC-Unesco, 1994.

FRANCO, Aléxia Pádua. *Apropriação docente dos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2009.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – PUC São Paulo, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: EDUSC/ Uberlândia: Edufu, 2004.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. *O livro didático em Estudos Sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Veigas. *A história da educação moral e cívica: um álbum de fotografia da sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de Doutorado. Pontífice Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 1997.

ZAMBONI, Ernesta. *Que História é essa?* – uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1991.